

Assédio moral na Ufes: quem não tem um caso para contar?

A prática recorrente desse tipo de crime, difícil de se comprovar, avança no ambiente da academia

Não se pode mais ignorar a ocorrência de assédio moral na Universidade Federal do Espírito Santo. Em praticamente todas as reuniões setoriais realizadas pelo sindicato têm sido comuns as queixas dessa prática nos departamentos e centros da universidade. E as situações de violência moral são as mais diversas.

Dos relatos se podem extrair episódios de violência moral quando professores se recusam a assumir novas disciplinas além da carga horária estabelecidas pela Resolução 60/92, do Cepe; ou dar aulas em salas inadequadas ou com excesso de alunos; ou então quando se posicionam contra o excesso de burocracia, contra a falta de infraestrutura para a realização de ensino-pesquisa-extensão, sem falar nas pressões sofridas pela política produtivista CNPq/Capes.

Embora não haja estatística oficial, tal prática tem acontecido com docentes em períodos de ingresso e em regimes de trabalho variados. “Esse é

um problema que vem se agravando ano após ano e está diretamente relacionado com a precarização das condições de trabalho que nossa categoria enfrenta no cotidiano”, frisa o presidente da Adufes, Edson Cardoso. Aliás, ressalta o presidente, condições de trabalho essas que foram pioradas pela política de expansão desordenada sem a devida infraestrutura física e de pessoal.

Produtivismo induz casos de assédio. Os docentes têm sentido na pele as constantes e crescentes exigências em torno do desempenho e da produtividade científica. “Dar aula, participar de congressos, publicar artigos, prestar contas de projetos, etc., enfim, temos que preencher uma série de requisitos que atestem nossa “produtividade”, desabafou um professor do Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Maruípe, Vitória, em reunião setorial da Adufes.

A lógica produtivista tem acarretado competição entre os colegas e gerado sentimentos de angústia e impotência. “As pressões e cobranças são tantas que chega-se num determinado momento em que começamos a nos achar



incapazes, desqualificados e desestabilizados física e mentalmente”, revelou outro docente, lamentando o fato da pesquisa ser supervalorizada, em detrimento da docência.

O resultado de tantas pressões e cobranças não poderia ser outro. “Muitos professores acabam adoecendo e tendo sua saúde e qualidade de vida comprometidas”, alerta a secretária-geral da Adufes, Cenira Andrade de Oliveira, que quer ampliar essa discussão nos Grupos de Trabalho (GTs) do sindicato.

Preocupado com as crescentes denúncias envolvendo autoritarismo e assédio moral

na universidade, o sindicato planeja realizar pesquisa e debates sobre o assunto e desta forma delinear estratégias de intervenção frente aos abusos. “Esse é um tema que constará na nossa pauta local de reivindicações a ser entregue à reitoria”, afirma o presidente da Adufes.

Cartilha. O sindicato nacional (Andes-SN) dispõe de uma cartilha que esclarece a categoria sobre essa prática abominável e criminosa. No informativo há exemplos de condutas que caracterizam o assédio, efeitos sobre a saúde, como se prevenir e punições previstas aos assediadores.

O que é assédio moral?

O Ministério do Trabalho considera assédio moral toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e frequentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

Há algumas condutas comuns que se caracterizam como assédio, tais como instruções

confusas, dificultar o trabalho, sobrecarga de tarefas, imposição de horários injustificados, retirada de instrumentos de trabalho etc.

No serviço público, o assédio apresenta-se de formas sutis: na avaliação de desempenho, nas progressões funcionais, nas promoções, no estágio probatório, nas concessões de licenças e outros direitos, e até mesmo nas sindicâncias e nos processos administrativos.

Seminário fomenta reflexões sobre a autonomia universitária no Centro de Ciências Agrárias (CCA)

No próximo dia 16/07, a comunidade acadêmica do CCA realiza um seminário que tem como objetivo compartilhar experiências e discutir as implicações (positivas e negativas) de diferentes processos de emancipação sofridas por algumas universidades do país.

O caso mais recente foi o da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Em fevereiro deste ano o Conselho Universitário (CONSUNI/UFBA) aprovou o desmembramento do Campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, visando à criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia.

Outro registro semelhante ocorreu em 2002, quando a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), até então formada por 6 campi foi desmem-

brada para formação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Com a separação, os campi foram divididos permitindo maior autonomia nas decisões, inclusive na financeira.

Embora todo esse processo precise passar pelo crivo do Ministério da Educação, apreciação do Congresso Nacional e pela aprovação da Presidência da República, a comunidade acadêmica do CCA quer saber como se dá todo o processo. “Queremos compreender a experiência de autonomia universitária compartilhada por outras Instituições de Ensino Superior (Ifes), iniciando assim um ciclo de debates junto à nossa comunidade acadêmica”, ressalta a professora

Simone Fernandes.

O diretor da Adufes, Aureo Banhos, lembra que durante a última paralisação nacional de 24 horas, convocada pelo Sindicato Nacional (Andes-SN), os professores do CCA decidiram elaborar um mini-dossiê que vai compor a Pauta Local de Reivindicações que será entregue ao reitor Reinaldo Centoducatte. E uma das principais queixas é a falta de autonomia administrativa e financeira do Centro. Até para resolver questões simples, como compra de equipamentos, temos que recorrer à Administração Central da Ufes, em Vitória. Creio que o município de Alegre apresenta uma demanda reprimida, merecendo que o centro seja transformado num campus”, diz.

O “Seminário Centro de Ciências Agrárias/Ufes: delineando novos rumos para o sul capixaba” contará com palestras pela manhã e tarde (16/07), no auditório do Cread. Um dos palestrantes é o professor Paulo Gabriel Soledade Nacif, reitor da escola de agronomia da UFBA, que vai contar como se deu a emancipação da unidade que se transformou no que é hoje a Universidade do Recôncavo da Bahia.

Outro palestrante é a professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) Maria José da Silva, que contribuirá com as discussões propostas pelo seminário a partir da trajetória institucional do Campus Avançado de Catalão, o qual atualmente denomina-se Regional Catalão da UFG.

Arriaiá da Adufes: tradicional festa junina foi um sucesso

Num ambiente de muita alegria e descontração, a tradicional festa junina da Adufes, realizada na sexta-feira (27/06), em Vitória, foi até altas horas. Com participação de mais 400 pessoas, o evento mostrou que a categoria é unida até nos momentos de lazer. Durante toda a festa, os convidados puderam degustar vários pratos típicos juninos. A banda Bem Tivi com seu autêntico forró pé-de-serra garantiu a animação fazendo com que ninguém ficasse parado. Com seus pares, os (as) professores(as) dançaram uma quadrilha improvisada e um forrozinho arrejado de bom!



Os professores e convidados improvisaram uma quadrilha bem divertida. A banda Bem Tivi não deixou ninguém parado.

GTPE promove debate sobre o PNE, suas implicações e possibilidades

O Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) da Adufes realizará, no próximo dia 18/07, encontro para debater o Plano Nacional de Educação (PNE). A atividade começará às 9h30, na sede da Adufes (campus Goiabeiras/Ufes), em Vitória. Das 14h30 às 17h, serão realizados grupos de estudos e debates. O evento terá como palestrantes as professoras Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (Universidade Federal Fluminense) e Eliza Bartolozzi Ferreira (Centro Educação da Ufes).

Depois de quase quatro anos tramitando no Congresso, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado em 25/06 pela presidente Dilma Rousseff. O PNE, no entanto, não contempla de forma imediata uma das principais reivindicações da sociedade: a aplicação já de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. A destinação dos recursos se dará de forma gradual: um mínimo de 7% do PIB no quinto ano

de vigência da lei, e 10% ao fim de dez anos, que virão dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-sal.

Além disso, a aplicação dos recursos não será exclusiva para a educação pública. Os percentuais serão destinados à educação como um todo, o que significa recursos públicos em instâncias privadas. O plano estabelece 20 metas para a educação pública brasileira e que deverão ser cumpridas até 2024.

“Temos que conhecer o novo PNE e as políticas advindas que fragilizam a educação pública. A luta dos movimentos sindicais e sociais deve ser permanente em defesa do ensino público”, diz a diretora da Adufes, Odilea Dessaune de Almeida. O debate do dia 18/07, segundo ela, é uma atividade preparatória para o Encontro Nacional de Educação (ENE) que será realizado no Rio de Janeiro, em agosto. De acordo com o Andes-SN o evento nacional tem como desafio “confrontar o projeto educacional dominante,

DEBATE O Plano Nacional de Educação (PNE), suas implicações e possibilidades

- dia 18/07 (sexta-feira)
- às 9h30, na Adufes

Elizabeth Carla Vasconcelos (UFF)
Eliza Bartolozzi Ferreira (Ufes)

realização **adufes** **ANDES**
SINDICATO NACIONAL DE EDUCADORES

construindo uma proposta alternativa de educação para o país que preserve os prin-

cípios do PNE da Sociedade Brasileira no método e no conteúdo”.

Boletos da Unimed com novo reajuste já foram enviados aos professores

A Adufes lembra aos associados que possuem plano de saúde Unimed que neste mês de julho entrou em vigor o reajuste anual dos valores das mensalidades nos percentuais de 26,73% e 29,77% para Uniplan e Vitoriamed, respectivamente. O boleto com vencimento em 10/07, data base do contrato firmado entre a operadora e o sindicato, já foi enviado a todos.

Os índices de reajuste foram aprovados pela categoria em assembléia

no último dia 13/06. Na ocasião, o presidente da Adufes, professor Edson Cardoso, esclareceu que a operadora rejeitou as duas contrapropostas apresentadas pela entidade: 15% e 20,05%. “A Unimed alegou que os contratos estão desequilibrados financeiramente e abaixo da média de mercado. Alegou também que a judicialização dos contratos prejudicam qualquer negociação”, ressaltou Edson.

Os professores reconheceram a difi-

culdade em manter o plano de saúde em decorrência das altas mensalidades, mas resolveram aceitar o índice com a possibilidade de melhor acompanhamento do plano nos próximos anos. Para isso a Adufes vai contratar um perito atuarial para realizar um exame analítico no desempenho dos planos. O acompanhamento subsidiará a diretoria nas negociações futuras acerca dos reajustes e até mesmo no andamento das ações judiciais em curso.

Sindicatos e Movimentos Sociais promovem Festival de Arraiás

Será dia 18/07, a partir de 18 horas, no portão Central da Ufes, campus de Goiabeiras, em Vitória.

Organizado por vários sindicatos e movimentos sociais o festival visa resgatar a tradição e o interesse popular por nossa cultura, mas tendo como referência temáticas sociais. Haverá concurso de quadrilhas preparado pelos diretórios e centros acadêmicos da Ufes e do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). O evento é aberto ao público.

A Adufes já está preparando tudo para marcar presença no evento. A exemplo de entidades parceiras, o sindicato terá um espaço para receber os professores (as) associados (as). Na barraca, que estará bem decorada, a categoria vai saborear comidas e bebidas típicas das festas julinas. Participe!

Premiação do festival de arraiás:

1º classificado 500,00

2º classificado 300,00

3º classificado 200,00



Primeira edição do Festival de Arraiás foi em 2012.

Governo retoma negociações com trabalhadores das Instituições de Ensino Superior

O Ministério da Educação (Mec) confirmou que irá retomar nos próximos dias as negociações com os técnico-administrativos das universidades federais, que são representados pela Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativo em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). A categoria, que estava em greve desde 17 de março, retomou às atividades no final do mês passado, após 100 dias de paralisação.

Na Ufes, a suspensão foi oficializada na assembleia da categoria realizada na sede do Sintufes, no campus da Ufes de Goiabeiras, em Vitória. Os trabalhadores rea-

firmaram que vão reforçar a luta em torno da pauta interna de reivindicações e que tem como foco principal a jornada de trabalho.

Sem corte de ponto! O Superior Tribunal de Justiça (STJ), solicitou que o governo retomasse o diálogo com os servidores. E proibiu, inclusive, descontos nas folhas de pagamentos referentes aos dias de greve: "Outrosim, proíbo que sejam efetuados quaisquer descontos nas folhas de pagamento dos Servidores Públicos referentes aos dias computados como de greve, bem como que sejam anotados os respectivos dias como faltas injustificadas", diz a decisão.



xxxxxx

Prestação de Contas Gestão Adufes 2013/2015

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade. Confira a prestação de conta de fevereiro e março/2014.

RECEITA MÊS 02/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidade dos Associados)	126.698,93
OUTRAS RECEITAS*	11.543,89
TOTAL DA RECEITAS	138.242,82

DESPESAS MÊS 02/2014

Despesas c/Pessoal	20.562,51
Encargos Sociais	1.113,64
Atividades e Eventos Sindicais	55.683,07
Serviços Prestados Terceiros**	13.814,06
Despesas Gerais***	52.029,98
Imobilizado	333,35
Despesas Tributárias	1.058,16
Despesas Financeiras	1.315,99
TOTAL DAS DESPESAS	145.910,76

RECEITA MÊS 03/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidade dos Associados)	126.909,20
OUTRAS RECEITAS*	12.672,03
TOTAL DA RECEITAS	139.581,23

DESPESAS MÊS 03/2014

Despesas c/Pessoal	26.858,50
Atividades e Eventos Sindicais	4.057,53
Serviços Prestados Terceiros**	10.071,88
Encargos Sociais	1.252,94
Despesas Gerais***	37.568,74
Despesas Tributárias	700,90
Despesas Financeiras	84,90
TOTAL DAS DESPESAS	80.595,39

*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos.

**Serviços Prestados Terceiros refere-se a Assessoria Contábil, Jurídica, Assistência Técnica Informática, Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Pessoa Física.

***Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.